

Crise e território

Virgínia Teles

Professora Auxiliar do Departamento de Geografia (Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho). ORCID: 0000-0002-3088-4930

Sim, foi essa
 A primeira miséria, a deserção
 Dos deuses. A segunda, a sua morte,
 Já na morte de Pã anunciada
 Pelo lamento dos bosques, o clamor
 Lutuoso das ilhas do Egeu.
 Esse grito o escutou o outro Friedrich,
 Dionysos de seu nome, o europeu,
 O anunciador, o que caminha
 Sobre águas estagnadas e parece,
 Ao afundar-se, desenhar no lodo
 Um mapa para o qual não há leitura.
 (Correia, 2012, p. 24)

Entender a crise na sua relação com o território convoca-nos à compreensão das múltiplas relações que se podem estabelecer entre estes dois conceitos. Não obstante, falar de crise é por si só abrir um leque de possibilidades às suas múltiplas conexões. Usa-se e abusa-se da utilização do termo *crise*, nem sempre em contextos e significados coincidentes, o que dificulta a sua definição. A crise de valores, a crise económica, a crise da democracia, a crise energética, a crise climática e, atualmente, a crise pandémica assumem-se, entre outras, como partes compósitas do mosaico deste conceito. Contudo, é consensual que a crise é uma disrupção com a situação anterior, um bloqueio ou obstáculo, que se materializa numa nova realidade. As ameaças económicas, as tecnologias da informação, os conflitos bélicos e os desastres naturais são exemplos disso.

Os desastres ou as catástrofes naturais representam uma verdadeira ameaça ao desenvolvimento dos países, pois ao afetarem o território e a própria população terão, a médio e a longo prazo, consequências sociais, económicas e mesmo políticas, de intensidade variável. Os governantes verão limitada a capacidade de gestão dos recursos enquanto as populações verão aumentada a sua vulnerabilidade, podendo instalar-se no seu seio estados de alguma insegurança.

É neste sentir de insegurança e medo que as questões da segurança devem ser contempladas, mesmo que seja no seu sentido mais clássico: o de ameaça ao Estado. A segurança dos países foi, até aos anos 70, entendida exclusivamente em termos de ameaças militares, todavia é-nos agora fácil perceber que a segurança de um determinado território pode ser comprometida por ameaças de outra ordem: a) a globalização, com as suas interdependências económicas; b) as disparidades regionais, com os movimentos migratórios que origina a nível mundial; c) a desintegração de determinados regimes políticos e a multiplicidade de Estados, com delimitação ainda incerta no sistema político internacional; d) a propagação de doenças como o VIH/SIDA, Ébola (EVD), Dengue, COVID-19 (SARS-Cov-2); e) organismos geneticamente modificados; f) destruição da camada de ozono; g) desflorestação; h) desaparecimento de espécies animais e vegetais raras, são algumas delas.

A incerteza e a insegurança são geradas por novos riscos, o que justifica que as sociedades atuais, ditas pós-modernas, se preocupem, cada vez mais, com os riscos naturais, os riscos tecnológicos, os riscos biológicos e os riscos económicos e sociais. A contemporaneidade caracteriza-se por um período de mudanças, incertezas, transição histórica a que Boaventura Sousa Santos (2008) chama de desregulação, de crise.

É a pensar nos conceitos de risco e crise que recorro os ensinamentos de Fernando Rebelo (1999) sobre a “teoria do risco” (Faugères, 1990), organizada em torno da sequência de três conceitos *risco – perigo – crise*. Para o autor existe uma continuidade temporal entre eles, o primeiro corresponde à probabilidade de ocorrência de um processo perigoso, o segundo marca, através de diferentes sinais, a iminência da manifestação do risco e, o terceiro, o da manifestação efetiva do risco através de um acidente, de um desastre ou de uma catástrofe. Quando a crise se manifesta podemos dizer que o risco se materializou, passou do domínio do provável para o domínio do real, momento em que é necessário desencadear os processos de gestão da emergência, acionar os meios de socorro e nos casos mais graves, porque mais intensos ou de maior abrangência espacial, criar as condições de recuperação económica e social.

O estudo do risco analisa a probabilidade de ocorrência de um processo perigoso (perigosidade ou *hazard*) num determinado tempo (probabilidade) e num determinado espaço (susceptibilidade) e as consequências previsíveis sobre a sociedade, o ambiente e o território (vulnerabilidade) expressa na exposição da população, no valor dos bens potencialmente afetados ou o grau de perda dos elementos expostos mas, também, no modo como a sociedade reage e recupera de uma situação de crise, ou seja, qual o grau de resiliência e capacidade de adaptação que apresenta. Interessa aqui dar destaque à vulnerabilidade, importarmo-nos, como diz José Gomes Canotilho (2008), com os “contornos sociais do risco, onde se incluem as pegadas dos dinossauros humanos, umas vezes assentes em réguas e esquadros dos modernos planificadores das ‘mediapolis’, outras vezes incrustados em vivências trágicas de pobreza”. Sem a investigação da dimensão social do risco pouco mais conseguimos que uma “semântica de risco”.

É essencial conhecer a vulnerabilidade dos indivíduos, das comunidades e dos territórios e, sobretudo, perceber o modo como as características económicas, sociais e culturais ajudam a enfrentar, resistir e recuperar de uma crise. Embora se saiba que o caráter completamente reversivo é pouco frequente no domínio dos riscos, quanto mais rapidamente se possam restabelecer as condições iniciais, menos vulnerável é uma sociedade. E, sem dúvida, que a capacidade das sociedades em escapar, em resistir, ou em reparar os efeitos dos fenómenos naturais, passa pela ação dinâmica e ativa do ordenamento do território, do planeamento e da gestão da crise.

Existem, na opinião de J. Ferrão (2015), “ao mesmo tempo, regiões, grupos sociais e indivíduos que estão desigualmente expostos e revelam diferentes sensibilidades aos impactos de uma crise, ou seja, o seu grau de vulnerabilidade, e também a

sua capacidade de adaptação, são desiguais, tornando ainda mais complexa a compreensão dos seus impactos”. Se pensarmos no território nacional, podemos constatar, a diferentes escalas, que tem aumentado a assimetria entre territórios e os grupos sociais que os apropriam. O exemplo da dicotomia urbano-rural permite perceber que nos territórios rurais de baixa densidade, os lugares mais remotos, o despovoamento, o envelhecimento, a perda de equipamentos, são fatores determinantes que fazem baixar a exposição de pessoas e bens, não obstante, fazem aumentar a vulnerabilidade dos que ficam (Cunha, 2013).

O território é uma construção, não é algo predefinido ou estável. A ideia de território vai-se construindo pelo conjunto de leituras, representações, discursos e debates colectivamente produzidos em torno daquilo que se (re)conhece como qualquer coisa de comum e que confere sentido à realidade (Domingues & Travassos, 2015). É, também, o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder, e pelo facto de possuir limites e fronteiras, trona-se num espaço de conflitualidades (Marques, 2010). Há uma multiplicidade de territórios, na medida em que as relações sociais produzem, de modo contínuo, novos espaços e novos territórios de contornos contraditórios, interdependentes e conflituosos.

Que se construam territórios de resistência para vencer a crise.

Referências

- Canotilho, J. G. (2008) . Prefácio: A procura da segurança perdida. *Revista do Centro de Estudos de Direito do Ordenamento, do Urbanismo e do Ambiente*, 22, 5.
- Correia, H. (2012). *A terceira miséria*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Cunha, L. (2013). Vulnerabilidade: a face menos visível do estudo dos riscos naturais. In L. Lourenço & M. Mateus (Eds.), *Riscos naturais, antrópicos e mistos. Homenagem ao Professor Fernando Rebelo* (pp. 153-165). Coimbra: Universidade de Coimbra. <https://doi.org/10.13140/RG.2.1.4735.8802>
- Domingues, A. & Travasso, N. (Eds.) (2015). *Território: Casa comum. Morfologias e dinâmicas do território*. Porto: Circo de Ideias/FAUP.
- Faugères, L. (1990). Les risques naturelles. *Bulletin de l'Association Géographie Française*, 89-98.
- Ferrão, J. (2015). Prefácio: Condicionantes locais e económicas da saúde mental em contexto de crise: um roteiro para uma questão complexa. In P. Santos (Ed.), *Território e saúde mental em tempos de crise* (pp. 4-9). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. https://www.uc.pt/fluc/gigs/Publicacoes/Territorio_Saude_Mental_Tempos_Crise.pdf
- Marques, A. (2010). Da construção do espaço à construção do território. *Fluxos & Riscos*, 1, 75-88. <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/fluxoseriscos/article/view/2496>
- Rebelo, F. (1999). A teoria do risco analisada segundo uma perspectiva geográfica. *Cadernos de Geografia*, 18, 3-13. http://dx.doi.org/10.14195/0871-1623_18_1
- Santos, B. S. (1994). *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. Porto: Edições Afrontamento.